



Ligação: MONOFÁSICO  
Cis/Sbc: RES MTCB1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Roteiro: 1-1-901-3410 Referência: Out / 2019  
Monitor: 00008358368 Emissãp: 04/10/2019

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br230, Km25 - Oito Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.035.133/0001-40 - Insc Est. 16.015.923-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº032.032.763  
Cód. para Déb. Automático: 00015758030

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Out / 2019	04/10/2019	04/11/2019	093.029.184-08

UC (Unidade Consumidora): 5/1575803-0

### Canal de contato

Conhece o Energiss Cnt? O nosso aplicativo para smartphones e tablets oferece mais comodidade e facilidade de uso. Até é mais barato. Agora e infelizmente falta de luz, contra se houver, mais importante, programamos na sua rede, porque sabemos que o tempo das luzes não é o mesmo para todos. Então, a quem quiser...

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
06/10/18	6142	06/10/18	6142	1	30	30

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa(%)	Valor Base Calc. R\$	Smc(R\$)	Base Calc. Pp(R\$)	Coluna(R\$)
CD	Descrição	Tributos Totais(R\$) (CM+RS) CM\$			Pp/Coluna(R\$) (0,383110) (2,9051)		
0001	Custo de Disponibilização	29,47	29,47	25	5,81	29,27	0,19
0001	Acid B Vermelho	1,47	1,47	25	0,37	1,47	0,01
0001	Acid B Amarela	0,09	0,09	25	0,02	0,06	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0003	CUSTO DE FISCALIZAÇÃO NORMAL 12/2019	2,42	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0004	JUROS DE MORIA 03/2019	2,73	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0004	JUROS DE MORIA 03/2019	1,08	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0005	MULTAS 03/2019	0,06	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0005	MULTAS 03/2019	3,27	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0006	PARCELAMENTO DO DEBITO 0006	31,82	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0001	RENT. BANC. AMAR. RESCISÓRIA 12/2019	-0,04	0,00	0	0,00	0,00	0,00

01 - Classe de Classificação de Item	TOTAL	20.19	24.82	4.63	24.92	0.20	0.05
--------------------------------------	-------	-------	-------	------	-------	------	------

Media últimos meses (kWh)	<b>VENCIMENTO</b>	<b>TOTAL A PAGAR</b>
145	11/10/2019	R\$ 69.19

Histórico de Consumo (kWh)

191	155	118	145	129	128	137	145	150	144	152	147
Oct/18	Nov/18	Dec/18	Jan/19	Feb/19	Mar/19	Apr/19	May/19	Jun/19	Jul/19	Aug/19	Sep/19

SERVIÇO DO FISCO

f80b.df26.19b8.ac19.8b15.4d59.2d69.df3c

[illegible]

94-2-2 EUSD (RM) 6/10/19; R\$ 45,95

## ATENÇÃO

Refrescos Antárticos Parafelados, conforme contrato firmado

## Faturas em atraso





**PROCURAÇÃO, DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA E CONTRATO**

Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante infra qualificado confere aos mandatários, também qualificados, os poderes abaixo transcritos:

**OUTORGANTE:** Welson Loureiro dos Santos

**Nacionalidade:** Brasileiro **Estado civil:** Casado **profissão:** Repositor

**CPF nº** 057.588.734-62 **RG de nº** 3.033.446 - 2ª via

**Endereço:** Rua Altom Medeiros de Moura, s/n, Q 71, Bl 26, AP 101 - Gramma

**CEP:** 58068-390

**Não Possui endereço Eletrônico, Nº do PIS/NIT:**

**OUTORGADOS:** Joacil Freire da Silva Júnior, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB nº. 22.711, Izabela Roque de Siqueira Freitas e Freire, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB nº. 21.953, Mirtes Rodrigues de Lucena, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB nº. 22.000 e Cintia Beatriz Roque de Siqueira Freitas, bacharela em Direito, portadora do CPF sob o nº 087.761.154-88, Ana Karina Marques Gomes, bacharela em direito, portadora do CPF sob o nº 752.524.814-15, ambos com escritório profissional na Av. Cruz das Armas, nº 2528, sala nº 04, Cruz das Armas, João Pessoa/PB, CEP nº 58087-000, Endereço eletrônico: [sefadadvogados@gmail.com](mailto:sefadadvogados@gmail.com), telefone: (83) 98719-3539 / 98758-7091.

**PARA O FIM ESPECIAL DE:** Ingressar com ação judicial e/ou medida extrajudicial.

**DOS PODERES:** confere poderes para praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, podendo perante qualquer Vara, Tribunal ou Instância repartições públicas federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas e paraestatais, pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, podendo ainda os outorgados nesta cidade ou onde se apresentarem-se com esta, fazerem carga de processos, defenderem os meus interesses e direitos perante qualquer juízo ou administração, em qualquer pleito iniciado ou por se iniciar, em que for autor ou réu, oponente ou assistente, proporem, requerimentos e ações contra quem de direito, requererem benefícios, variarem, renovarem, transigirem, fazerem acordos, receberem e darem quitação, confessarem, prestarem declarações, interponem todos os recursos legais para qualquer tribunal ou instância, desistirem e assinarem desistências de ações, prestarem compromissos, levantarem alvarás, receberem citação e intimação. Finalmente, por lei, conferimos, ainda, aos outorgados, os poderes, por mais especiais que sejam, podendo renunciar aos valores que ultrapassaram o teto delimitador da competência dos JEFs. ao tempo do ajuizamento da ação, para defenderem a execução deste mandato, inclusive aqueles que dependam de delegação especial e que não estejam, aqui, expressamente, mencionados, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo substabelecerem o presente mandato com ou sem reserva de poderes, tudo limitado ao fim especial constante do cabeçalho.

**DA HIPOSSUFICIÊNCIA:** Declara ainda o(a) outorgante(s), nos termos da Lei nº 7.115, de 29/08/1989 e ainda, com a finalidade de obter a gratuidade da justiça (Lei de nº 1.060, de 05/02/1950, que não possui condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art. 299 do CPB (falsidade ideológica).

**DO CONTRATO DE HONORARIOS:** Ressalta-se que declara o(a) outorgante(s), está ciente e ainda se compromete a efetuar o pagamento aos outorgados, no percentual de 30% (trinta por cento), a título de honorários advocatícios, de tudo o que vier a receber com o êxito processual, mediante acordo ou resolução extrajudicial, que ocorra a partir da data de assinatura desta procuração, em favor dos advogados supracitados, daquilo que for condenado/acordado, servindo este instrumento como prova de contratação.

João Pessoa/PB,

Welson Loureiro dos Santos 14/02/2020  
OUTORGANTE

Avenida Cruz das Armas, nº 2528, sala 04-Térreo, CEP nº 58087-000, João Pessoa-PB.  
(83) 98719-3539 / 98758-7091 / 98869-9922 / 98637-7632 / 3512-5058  
E-mail: [sefadadvogados@gmail.com](mailto:sefadadvogados@gmail.com)

Pag





ANEXO IV  
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77 /PRES/INSS, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

PROCURAÇÃO

ESP/NB:

Wedson Laureindo dos Santos  
NOME COMPLETO DO SEGURADO/PENSIONISTA  
Brasileiro Corado 3.033.446-2ª via  
NACIONALIDADE ESTADO CIVIL IDENTIDADE  
057-588-734-62 Repositor Residente na Av. Cruz das Armas,  
CPF PROFISSÃO RUA/AVENIDA/PRAÇA  
2528 sala 04/05-terreo Cruz das Armas João Pessoa/PB CEP nº 58087000  
Nº COMPLEMENTO BAIRRO CIDADE/ESTADO/CEP  
nomeia e constitui seu bastante procurador o(a) Sr(a). Izabela Roque de Siqueira Freitas e Freire  
NOME COMPLETO DO PROCURADOR  
Brasileira Casada OAB/PB nº 21.953  
NACIONALIDADE ESTADO CIVIL IDENTIDADE  
081.593.634-60 Advogada Residente na Av. Cruz das Armas  
CPF PROFISSÃO RUA/AV./PRAÇA  
2528 Sala 04/05 - térreo (no Siqueira e Cruz das Armas João Pessoa/PB CEP nº 58087000  
Nº COMPLEMENTO Freire Advogados) BAIRRO CIDADE/ESTADO/CEP

a quem confere poderes especiais para representá-lo perante o INSS, bem como usar de todos os meios legais para o fiel cumprimento do presente mandato, por **encontrar-se**:

INDICAR UMA DAS OPÇÕES ABAIXO:

( ) Incapacitado de locomover-se ou portador de moléstia contagiosa,

(X) Ausente (viagem dentro país ou exterior) período \_\_\_\_\_

( ) Residência no exterior (indicar o país \_\_\_\_\_)

com fins específicos de:

REQUERER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, BEM COMO INCLUSÃO E CORREÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO JUNTO A PREVIDENCIA SOCIAL, REQUERER COPIAS DE QUAISQUER DOCUMENTOS JUUNBTO A PREVIDENCIA SOCIAL.

INDICAR AS OPÇÕES ABAIXO:

☐ Receber mensalidades de benefícios, receber quantias atrasadas e firmar os respectivos recibos.

☒ Requerer benefícios, revisão e interpor recursos.

☐ Comprovação de vida junto a rede bancária.

☐ Cadastro de Senha para informações previdenciárias pela internet.

☒ Requerimentos diversos.

João Pessoa, 14 / 02 / 2020  
LOCAL E DATA

Wedson Laureindo dos Santos  
ASSINATURA DO SEGURADO/PENSIONISTA







## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, comprometo-me a comunicar ao INSS qualquer evento que possa anular a presente Procuração, no prazo de trinta dias, a contar da data que o mesmo ocorra, principalmente o óbito do segurado/pensionista, mediante apresentação da respectiva certidão.

Estou ciente que o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-me-á às penalidades previstas nos arts. 171 e 299, ambos do Código Penal.

João Pessoa, 14/02/2020

LOCAL E DATA

Izabela Roque de Siqueira F. e Freire OAB/PB 21.953

ASSINATURA DO PROCURADOR

### CÓDIGO PENAL

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou manter alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.



## CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PREVIDENCIÁRIO

Pelo presente instrumento as partes abaixo qualificadas contratam a prestação de serviços/assistência advocatícia, na forma e para os fins adiante estipulados.

### 1. PARTES:

IZABELA ROQUE DE SIQUEIRA FREITAS E FREIRE, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PB nº 21.953 CPF de nº 081.593.634-60, com escritório na Av. Cruz das Armas, nº 252, sala nº 04, João Pessoa/PB, CEP nº 58087-000, neste ato denominados contratados, e por outro lado Wedson Laureindo dos Santos

, aqui denominado (a) contratante/constituente.

### 2. FINALIDADE DO CONTRATO:

O (a) contratante/constituente contrata os serviços profissionais dos Advogados, para que estes, munido de procuração requeiram um benefício previdenciário ou assistencial, mais precisamente \_\_\_\_\_, junto ao órgão da previdência social ou junto ao judiciário

### 3. DESEMPENHO DO MANDATO:

Os contratados postularam em todas as instancias administrativas e judiciais, através dos meios e recursos adequados para o fiel cumprimento do mandato outorgado pelo (a) contratante.

### 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

4.1. Pela propositura do **requerimento administrativo (INSS) ou judiciários** o (a) CONTRATANTE, pagará aos CONTRATADOS, a título de honorários caso seja gerado valores a receber (administrativamente e por RPV), o (a) CONTRATANTE pagará aos contratados o percentual de **30% (trinta por cento), sobre os atrasados, pago administrativamente e judicialmente (RPV), atribuído na sentença em seu favor, sem qualquer dedução;**

4.2. Caso seja concedida a antecipação dos efeitos da tutela, o (a) CONTRATANTE, pagará aos CONTRATADOS, a título de honorários advocatícios (pró-labore), o percentual de **30% (trinta por cento), calculados sobre seu rendimentos mensalmente apurados**, enquanto permanecer os efeitos da tutela antecipada, antes da sentença Judicial.

4.3. Em caso de rescisão contratual ou desistência da Ação, por iniciativa do CONSTITUINTE/CONTRATANTE, o honorários aqui avençados, serão devidos integralmente. Da mesma forma se procederá, em caso de concessão administrativa de qualquer benefício, concedido pelo INSS, após o ingresso da ação judicial. Se estas se derem, por iniciativa do CONTRATADO, este se reservará o direito de cobrar seus honorários, proporcionalmente a sua atuação, em Ação Própria, no entanto, sem devolução de quaisquer valores eventualmente, já recebidos. Nos casos de rescisão por qualquer das partes, deverá haver justa causa, para tanto, sob pena de responder, a parte infratora, por perdas e danos.

5. Se houver interesse de ambas as partes, a verba aqui ajustada poderá ser adiantada, total ou parcialmente.

6. As partes elegem o foro da comarca de João Pessoa-PB, para dirimir eventuais dúvidas acerca do presente contrato por mais privilegiada que seja qualquer outro.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias, de igual teor, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, dispensando a presença de testemunhas instrumentárias consoante art. 24 da Lei 8096/94.

João Pessoa, 14 de Fevereiro de 2020

Izabela Roque de Siqueira Freitas e Freire  
Advogada OAB/PB nº 21.953  
Contratada

Wedson Laureindo dos Santos  
CPF nº \_\_\_\_\_

Contratante/Constituente

1ª Testemunha RG nº \_\_\_\_\_

2ª Testemunha RG nº \_\_\_\_\_



## Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Eu, Weldon Laurindo dos Santos, RG/CNH nº 3.033.446,  
órgão expedidor: SS DS, UF: PB, CPF 057.588.734-62, endereço  
Rua Ailton Medeiros de Morais, S/N, A 71, BL 26, AP 101, CEP 58068-390,  
cidade de João Pessoa, telefone(s) (83) 98719-1007, **DECLARO** ser  
isento(a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s)  
exercício(s) 2018/2019 por não incorrer em nenhuma das hipóteses de  
obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83\*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

João Pessoa, 14 de Fevereiro de 2020.

Weldon Laurindo dos Santos

Assinatura

\*Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na *internet*, no seguinte endereço eletrônico: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

### LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.


Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.





 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 200.3.20.14692/01
			<b>Data de emissão:</b> 14/02/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> ACAO POPULAR - CIVEL - 66	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 200.2020.614692 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias  <b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 <b>Promovente:</b> WEDSON LAURINDO DOS SANTOS - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b>  <b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51  <b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6  <b>Parcela:</b> 1/1  <b>Valor total:</b> R\$ 1.031,55  <b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866100000102 315509283182 520200229208 032014692019 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.031,55

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 200.3.20.14692/01
			<b>Data de emissão:</b> 14/02/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> ACAO POPULAR - CIVEL - 66	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 200.2020.614692 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias  <b>Promovente:</b> WEDSON LAURINDO DOS SANTOS <b>Promovido:</b>  <b>Detalhamento:</b>			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51  <b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6  <b>Parcela:</b> 1/1  <b>Valor total:</b> R\$ 1.031,55  <b>Desconto total:</b> R\$ 0,00  <b>Valor final:</b> R\$ 1.031,55

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 200.3.20.14692/01
			<b>Data de emissão:</b> 14/02/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> ACAO POPULAR - CIVEL - 66	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 200.2020.614692 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias  <b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 <b>Promovente:</b> WEDSON LAURINDO DOS SANTOS - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b>  <b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51  <b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6  <b>Parcela:</b> 1/1  <b>Valor total:</b> R\$ 1.031,55  <b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866100000102 315509283182 520200229208 032014692019 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.031,55







Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 200.2020.614692

**Data Vencimento:** 29/02/2020

**Data Emissão:** 14/02/2020

**Comarca:** Joao Pessoa

**Classe:** ACAO POPULAR - CIVEL - 66

**Promovente:** WEDSON LAURINDO DOS SANTOS

**Promovido:**

**Valor da Causa:** R\$ 13.500,00

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 1.030,20

**Taxa:** R\$ 0,00

**Total da Guia:** R\$ 1.030,20

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**



EM ANEXO.





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

---

Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190466912

Vítima: WEDSON LAURINDO DOS SANTOS

Data do Acidente: 03/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), WEDSON LAURINDO DOS SANTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

RECIBO DE ENTREGA







## Receituário

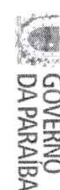
Paciente: WEDSON LAURINDO DOS SANTOS Idade: 35  
Data: 04/05/2019 01:17:33 Sexo: Masculino CPF: Não Informado BAE: 1160257

AO AMBULATORIO DO HTOP SEXTA FEIRA PELA MANHA ( DR LAURI )  
TELEFONE HTOP 3214-2911

  
Lauri F. C. Junior  
CRM 73330-0  
Cep: 58031-090

Dr. LAURI FERREIRA DA COSTA JUNIOR  
6918/PB

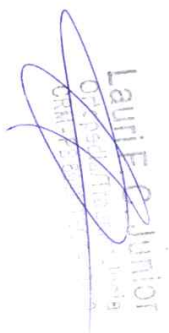
HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena  
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep:58031-090



## Receituário

Paciente: WEDSON LAURINDO DOS SANTOS Idade: 35  
Data: 04/05/2019 01:17:33 Sexo: Masculino CPF: Não Informado BAE: 1160257

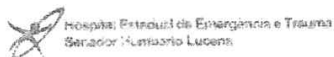
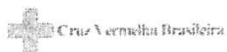
AO AMBULATORIO DO HTOP SEXTA FEIRA PELA MANHA ( DR LAURI )  
TELEFONE HTOP 3214-2911

  
Lauri F. C. Junior  
CRM 73330-0  
Cep: 58031-090

Dr. LAURI FERREIRA DA COSTA JUNIOR  
6918/PB

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena  
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep:58031-090





AV. ORESTES LISBOA, S/N -  
CNES: 454554 - Tel.: 8332165700

**Atestado Médico**

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS, A PEDIDO, QUE O (A) SR.(A)  
**WEDSON LAURINDO DOS SANTOS**

RG (IDENTIDADE)  
**3033446**

FOI ATENDIDO (A) POR **LAURI FERREIRA DA COSTA JUNIOR**

DO (A) **AREA AMARELA ENF 32**

NO DIA **04/05/2019 01:16:43**, NECESSITANDO DE **60** - **SESSENTA**  
DIAS(S) DE REPOUZO POR MOTIVO DE DOENÇA

CID: **S42.2**  
**T14.9**

OBSERVAÇÃO

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO MÉDICO / ODONTÓLOGO  
(carimbo contendo nome completo e registro CRM/CRO)

NOTA - ESTE ATESTADO É VÁLIDO PARA FINALIDADES PREVISTAS  
NO ART. 27 DE CLIPS, APROVADA PELO DECRETO N. 89.312 DE  
23/01/84, E SERÁ EXPEDIDO PARA JUSTIFICATIVA DE 1 A 15 DIAS DE  
AFASTAMENTO DO TRABALHO

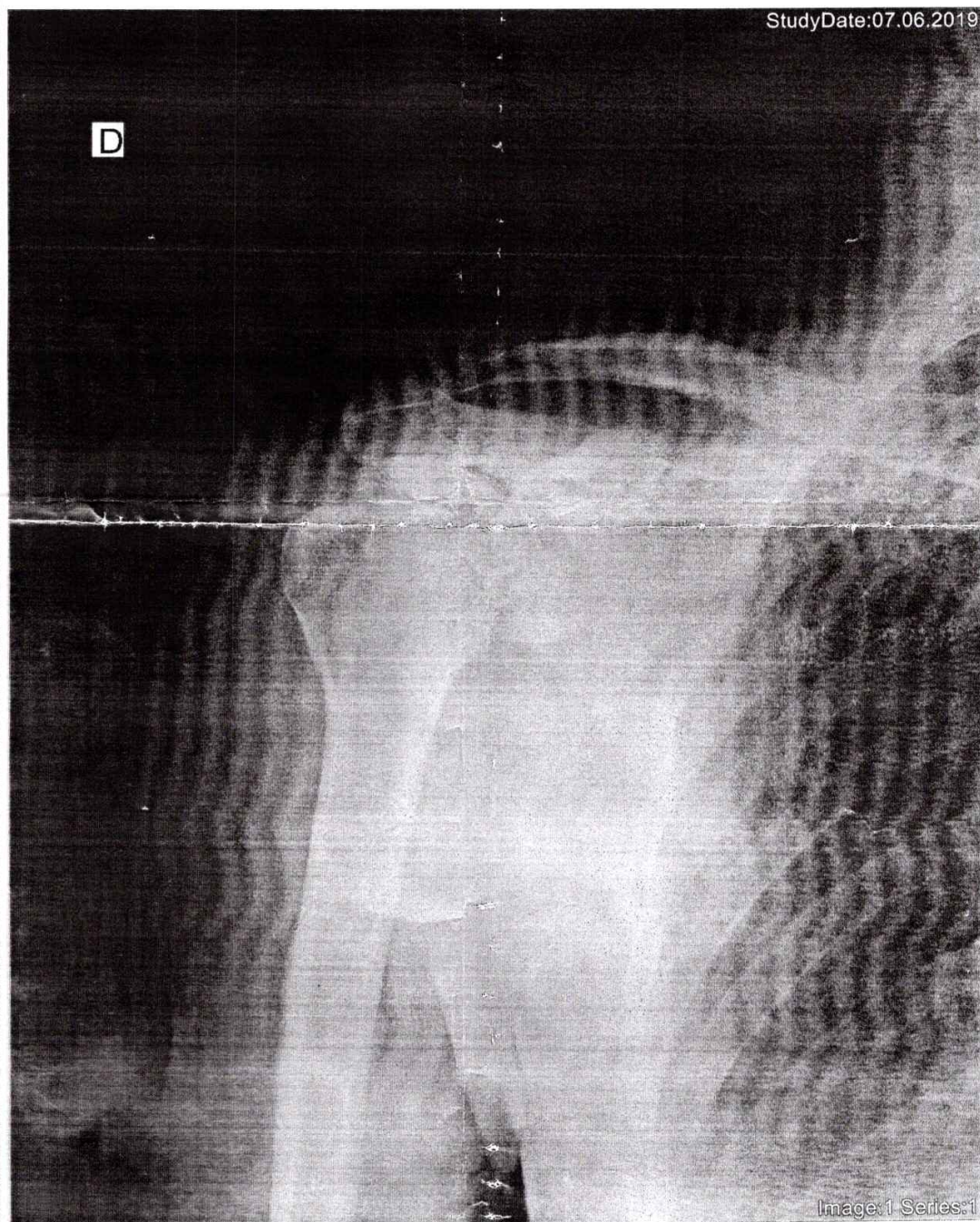
**LAURI FERREIRA DA COSTA JUNIOR**  
(8812/PB)

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena



PatientID: 000000094872  
PatientName: WEDSON LAURINDO DOS SANTOS

Sex: Masculino  
BirthDate: 09.04.1984  
Age: 35a.



HTOP





# SOLICITAÇÃO

SOLICITAÇÃO: (X) LAUDO (X) PRONTUÁRIO ☒ EXAME DE IMAGEM *FALTA*

NOME DO PACIENTE: WEDSON LAURINDO DOS SANTOS

RF: 1141257

PRONTUÁRIO:

DATA DA SOLICITAÇÃO: 08/05/2019

Flávia Araújo

A. *[Assinatura]*

Assinada - C. D. M. S. T. S.

SOLICITANTE: (X) PACIENTE ( ) ADVOGADO:

SERVIDOR-ATENDENTE

( ) FAMILIA:

**TELEFONE: 3216-5760**

- ATENDIMENTO POR TELEFONE: SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA PELA MANHÃ. / SEGUNDA, TERÇA, QUARTA E SEXTA PELA TARDE.
- HORARIO DE ATENDIMENTO: SEGUNDA À SEXTA (08:00 H às 17:00H)

Av. Flores Lisboa, s/n - CEP: 58031-090 - Cid. Pedro Gondim - João Pessoa/PB - Brasil -





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0810035-08.2020.8.15.2001

AUTOR: WEDSON LAURINDO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora.

Diante das especificidades da causa, de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito e considerando o princípio da duração razoável do processo, bem como a impossibilidade deste juízo de avocar para si as audiências de conciliação sob pena de inviabilizar o funcionamento desta unidade judiciária, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cientificando-lhe que a ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

João Pessoa, 25 de março de 2020

Juiz (a) de Direito

